

# Processo pela cassação de Faria tem início <sup>Congresso</sup> segunda

Carlos Menandro

A Mesa da Câmara inicia na próxima semana - provavelmente segunda-feira - o processo de cassação de mandato do ex-presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas, deputado Gustavo de Farias (PMDB-RJ), pelas irregularidades constatadas na auditoria divulgada ontem, feita naquele órgão. Não existe ainda qualquer definição sobre a decisão política que a Mesa do Senado adotará em relação aos senadores pefelistas Odacyr Soares (RO) e João Lobo (PI), que também estão envolvidos nas irregularidades. A Mesa do Senado se reúne na terça-feira e, no que depender dos esforços da cúpula do PMDB, seguindo orientação do deputado Ulysses Guimarães, decidirá também pelo início do processo de perda de mandato dos dois senadores envolvidos. O líder do PCB, deputado Fernando Santana, propôs a indisponibilidade de bens de todos os integrantes da antiga diretoria do IPC.

Como as principais responsabilidades pela administração lesiva aos cofres do IPC recaem sobre o deputado Gustavo de Faria, estão sendo analisadas possibilidades regimentais de se provocar uma suspensão imediata do seu mandato. Isso poderá se viabilizar em menos de uma semana, desde que a mesa da Câmara entenda que a culpabilidade é incontestável e encaminhe ao plenário o pedido de autorização de suspensão do mandato, para que o parlamentar perca a imunidade e responda criminalmente por seus atos. Até hoje, a Câmara ou o Senado não aprovaram pedidos dessa natureza, mas como a cassação de Faria faz parte da campanha de moralização do Legislativo, a possibilidade de con-



**Bacelar (E) entrega o relatório do IPC a Paes de Andrade (D)**

cretização dessa hipótese aumenta.

## Relatório

A divulgação do relatório final das irregularidades cometidas no IPC foi o assunto principal de ontem no Congresso, chegando a merecer um aspecto de solenidade. O Conselho Deliberativo da atual diretoria aprovou por unanimidade o resultado da auditoria feita por Edson Pedrosa e Vicente Sebastião de Oliveira, auditores da Câmara e do Senado, respectivamente. Em seguida, o relatório foi entregue aos presidentes da Câmara, Paes de Andrade, e do Senado, Nelson Carneiro, que asseguraram tratar do assunto com rapidez.

A leitura das 40 páginas do re-

latório resultou em uma sessão de mais de seis horas do Conselho Deliberativo. Só depois disso, o presidente do IPC, senador Ruy Bacelar (PMDB-BA), comentou o teor do documento chegando a afirmar que com ele "ficam comprovadas grandes irregularidades, desonestidade e incompetência" da antiga diretoria do órgão. Bacelar afirmou ainda que os advogados do Instituto estão estudando a possibilidade de instaurar um inquérito policial baseado na auditoria, já que estão envolvidas várias corretoras que colaboraram para a má aplicação dos recursos do IPC, estimados em US\$ 10 milhões (NCz\$ 13 milhões no câmbio oficial).